



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública Externa	Nº: 0802/12	DATA: 04/06/2012
INÍCIO: 09h43min	TÉRMINO: 11h03min	DURAÇÃO: 01h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h20min	PÁGINAS: 31	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MANOEL ONOFRE NETO - Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.
MÁRCIA MAIA – Deputada Estadual, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.
IÊDA FERNANDES DE MACÊDO GOMES – Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONSEC/RN.
MARCOS DIONÍSIO DE MEDEIROS CALDAS – Advogado.
SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS – Coordenadora Político-Pedagógica da Casa Renascer.
FERNANDO MINEIRO – Deputado Estadual.
LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude.

SUMÁRIO: Audiência pública com os convidados.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.
Há expressões ininteligíveis.
Houve falha na gravação.
Há intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Bom dia.

Nós recebemos a visita ilustre aqui no Ministério Público das Deputadas Federais Liliam Sá e Erika Kokay — a Deputada Liliam é Relatora —, que integram a CPI. Uma importante CPI, uma Comissão que enfrenta e tem um histórico já, mas que tem como objetivo principal a temática da violência, da exploração sexual contra a criança e adolescente.

Estamos aqui com a Deputada Márcia Maia, do Estado de Rio Grande do Norte, que também preside a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e Adolescente, que tem uma das pautas principais esse enfrentamento; a nossa amiga Iêda Gomes, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Sayonara, da Casa Renascer, que faz parte, juntamente com diversas instituições não governamentais, do Comitê de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Eu, como Procurador-Geral de Justiça e Promotor de Justiça da Criança e do Adolescente, digo da alegria de recebê-los enquanto Chefe do Ministério Público e, ao mesmo tempo, da tristeza em ter a CPI, nesta visita, em face de a gente, aqui no Estado do Rio Grande do Norte, não ter tantas notícias alvissareiras nessa área. Enfim, a gente está vivenciando um momento bastante complexo, bastante difícil no que diz respeito à luta e ao enfrentamento.

O Deputado mineiro, que aqui está e também tem participado bastante deste trabalho, sabe, como todos nós aqui, das dificuldades. Mas acho que a gente podia, enquanto dinâmica da manhã e para potencializar a visita das Deputadas integrantes da CPI, fazer um pequeno relato. Esse relato vai ser feito com muito mais propriedade, obviamente, na audiência pública. Mas acho que o Ministério Público, juntamente com as instituições que aqui estão, tem alguns pontos, algumas preocupações muito grandes a serem repassadas a V.Exas., obviamente, para, de fato, terem esses pontos bem fortes e enaltecidos e saberem da realidade do que nós temos vivenciado aqui no Ministério Público e principalmente no Estado do Rio Grande do Norte.

Bem, um primeiro aspecto importante a ressaltar é que o Rio Grande do Norte, por ter uma vocação turística, tem enfrentado e trazido esses pontos, esses elementos para o *trade* turístico como um todo.



O trabalho da CPI, o trabalho do Conselho, das instituições e do Comitê foi sempre mostrar a necessidade de se ter o turismo fortalecido, é um dos principais aspectos da economia do Rio Grande do Norte, mas que esse turismo seja sustentável. Que, de fato, ele traga e dê ao Estado do Rio Grande do Norte aquilo que ele se propõe: as divisas econômicas e a dignidade, preservando, obviamente, a dignidade de crianças e de adolescentes.

Essa foi uma das grandes pautas que nós vivenciamos há alguns anos aqui e, de uma forma articulada e insistente, toda a sociedade potiguar se mobilizou e digamos que a gente conseguiu enfrentar com alguma competência — eu digo alguma competência porque nesse processo houve atropelos — essa temática e deixar, de certo modo, marcado no Estado do Rio Grande do Norte a querência que nós temos em receber o turista, mas que esse turista tenha a clareza do que é que ele vem fazer aqui. Nós temos as belezas naturais mais interessantes ou uma das mais interessantes do Brasil, mas nós temos crianças e adolescentes que precisam ser respeitados e protegidos, além do fluxo turístico ter diminuído, como foram feitas diversas...

Esse é um ponto de reflexão que nós temos no Ministério Público e, por sistema de justiça, temos trazido com muita insistência: é que quanto mais se atua para combater determinadas redes ou determinadas estruturas de criminalidade elas se organizam e de fato essas relações se complexizam. Cabe aos atores, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Conselho Tutelar, aos órgãos como um todo, “se profissionalizarem” — entre aspas —, trazerem elementos diferenciados para o campo da investigação e do monitoramento dessas movimentações, digamos assim. Isso temos tentado fazer — esse é o ponto primordial hoje — com bastante dificuldade, porque algumas dessas estruturas estão bastante precarizadas aqui, no Estado do Rio Grande do Norte.

Em relação ao Ministério Público, nós criamos outra Promotoria da Infância e Juventude na Capital para lidar com essa temática especificamente, a Vara foi especializada também na Capital, e criamos agora, com o entendimento na própria Assembleia Legislativa e no Governo do Estado, outra Promotoria em Mossoró, porque há um trabalho naquela região do oeste potiguar bastante diferenciado.



Mas não adianta ter a Promotoria e ter a Vara se não temos a estrutura de investigação — a estrutura principalmente que dá suporte a essa investigação, no caso a delegacia, o ITEP (Instituto Técnico-Científico de Polícia) — para que esse inquérito policial, no campo da responsabilização, tenha bom termo na Justiça.

Então, nós hoje enfrentamos uma dificuldade — obviamente que essa dificuldade não é de hoje, mas ela tem-se agonizado — no que diz respeito ao funcionamento do ITEP — Instituto Técnico-Científico, que dá a base para a prova técnica, que, na maioria dos casos, é bastante complexa nas questões de violência e exploração sexual, porque a vítima está envolta em uma série de situações que tornam esse crime particular. Obviamente, a prova desse crime é bem mais difícil de ser feita, de ser produzida do que num outro crime, já que, via de regra, acontece entre quatro paredes; via de regra existem questões socioeconômicas que são trazidas e são colocadas.

A preocupação no campo do turismo, que é esse primeiro aspecto, no Rio Grande do Norte, na visão do Ministério Público, intensifica-se em eventos de monta, como a Copa do Mundo. Temos relatos na África do Sul, em outros Estados já é sabido, de que o fluxo turístico aumentando nesses grandes eventos com característica marcadamente masculina, a tendência de elementos de vulnerabilidade virem a acontecer é fato.

Então, o Estado do Rio Grande do Norte, além de preocupar-se com a estrutura de recepção desse turista, precisa, primordialmente, com a prioridade absoluta que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança estabelecem, ter uma preocupação destacada com esse movimento de prevenção, deixando claro para o turista que nós não aceitamos nenhum elemento de exploração sexual de criança e adolescente.

Esse é um movimento que precisa ser feito. A presença de V.Exas. da CPI fortalece e traz para nós a pauta de trabalhar com responsabilidade essa temática. Essa temática já vem sendo pautada aqui em todas as reuniões que dizem respeito à Copa e a esses grandes eventos que antecedem o campeonato mundial. Há necessidade de se montar uma estratégia, de se ter uma política articulada, todos os atores voltados à... e que isso tenha eco, obviamente, no cenário nacional. Porque não adianta o Rio Grande do Norte ter uma preocupação pontual se o Brasil, como



um todo... Claro que isso já ficou desenhado como uma das preocupações da Presidenta, mas é importante que isso seja articulado de maneira diferenciada nas estruturas e sedes das Copas e também naquelas que albergarão e receberão, porque determinada sede não tem um suporte específico. Mas, enfim, no que se avizinha.

Então, nós precisamos ter isso bem marcado no Brasil nesse cenário, no cenário do turismo, mostrando, cada vez mais, que aquilo que era uma abordagem direta e imediata para a criança e para o adolescente na rua, com a atuação desses atores, num determinado momento aqui, essa temática passou a ser feita através da Internet, através de *books*, de maneira muito mais profissionalizada.

Então, há uma falsa ideia de que nós estamos vivenciando algo muito mais tranquilo no campo da exploração sexual vinculado ao turismo no Estado do Rio Grande do Norte. Eu digo que ela é falsa. Claro que esse fluxo diminuiu. Conseqüentemente, nós não temos o nível de vulnerabilidade que tínhamos há alguns anos, os voos *charters* não estão com muito mais frequência, mas há uma profissionalização desse trabalho, o que pede a nós, do sistema de Justiça, do sistema de segurança pública, um nível de profissionalização e investimentos diferenciados. Esse é um ponto específico no turismo.

Outro elemento que tem sido preocupação do Ministério Público, da Polícia Civil, da Polícia Militar e desencadeou, Deputadas, a título de exemplo, foi uma atuação do Ministério Público especificamente na Comarca de Apodi, próxima a Mossoró, onde ficou evidente a participação de adolescentes. Essas pessoas foram presas e o processo correspondente à operação está em curso na Comarca de Apodi, com a prioridade que se busca nesses casos.

De fato, esse ponto da interiorização da exploração sexual ou da formação de algumas casas — usando um termo bastante antigo: casas de favores, digamos assim —, onde adolescentes de 16 anos, 17 anos são cooptados para esse comércio, cafetões e pessoas que lidam com isso oferecem esses favores, obviamente maculando o processo de formação e de maturação dessa criança e desse adolescente, é uma das grandes preocupações do Ministério Público hoje. Eu digo uma das grandes preocupações, primeiro, porque não são fatos novos. Eles existiam, mas entram num processo de profissionalização também; segundo, porque



nós temos uma fragilidade imensa na rede de proteção, na rede socioassistencial, de fortalecimento dos vínculos familiares e do próprio empoderamento da família acerca do que isso representa.

A terceira preocupação, esse do campo do turismo, esse do campo da interiorização pelo qual vimos lutando, é que é humanamente impossível uma Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente na Capital ter atribuição em todo o Estado do Rio Grande do Norte. De fato, não podemos imaginar que o delegado titular tenha condição de fazer esse trabalho no Estado do Rio Grande do Norte. Até outro dia disseram: *“A não ser que esteja disponível o avião do Governo para que, de fato, o delegado possa buscar esse distanciamento”*.

É fato que nós tivemos o chamamento de novos delegados. Haverá uma reunião, que está pautada para a próxima semana, com o chefe da Polícia, com o próprio Secretário, mostrando a necessidade de termos isso na ordem do dia dos delegados e dos agentes. Com o chamamento dos novos agentes e dos novos delegados, pedimos uma pauta com o Secretário para mostrar a necessidade de a criança e o adolescente serem prioridades. E os fatos que dizem respeito a suspeitas de violência e exploração sexual estejam na agenda desses novos delegados, que entram para fazer esse trabalho sufocado que a Polícia Civil tem hoje no Estado do Rio Grande do Norte.

Enfim, o terceiro ponto nessa agenda é a matização — eu coloco esse termo — acerca do entendimento. Nós estamos hoje com um recurso numa das ações julgadas no Tribunal de Justiça. Mas há um entendimento, que não é o entendimento da maioria dos juízes, pelo contrário, dos promotores de justiça... Mas há um movimento de se flexibilizar a normativa existente hoje, inclusive uma modificação legislativa comemorada, festejada, por todos que lidam com a temática da infância/juventude. Então, hoje, há um movimento, com uma força ainda diminuta, de se flexibilizar a norma acerca da responsabilização daqueles que praticam atos como estupro, enfim, quaisquer dos atos contra criança e, sobretudo, contra adolescente.

Nós tivemos, recentemente, dois casos que estiveram na pauta do Tribunal de Justiça, casos em que os juízes e os promotores tiveram a clareza do que diz a normativa, mas houve uma flexibilização, digamos assim, por parte do Tribunal de



Justiça. Nós recorremos. São casos muito parecidos. Não são necessariamente parecidos, mas têm a mesma linha de pensamento do caso recentemente julgado no STJ. O que pede a nós, do sistema, obviamente, uma atenção diferenciada acerca da interpretação ou do entendimento que se possa dar à normativa que diz respeito a essa temática.

Então, penso que são três pontos importantes: a preocupação com o turismo, sobretudo em razão do grande evento que se aproxima; a preocupação com a estruturação desta, especificamente da Polícia Civil, da Delegacia Especializada. Há pleitos concretos tanto no Comitê como no fórum próprio que se discute o combate à violência e à exploração sexual; a estruturação, seja da delegacia de combate aos crimes e à violência contra a criança e o adolescente, seja a estruturação diferenciada no ITEP... Nós hoje enfrentamos algo bastante preocupante aqui, no Estado do Rio Grande do Norte.

Então, é esse o cenário. Acho que é mais do que oportuna a vinda dos senhores aqui, porque nós não temos a estrutura mínima de atendimento, nem que seja o atendimento diferenciado. Estou falando de uma estrutura mínima de peritos, de uma estrutura em que aquela criança, aquela adolescente, seja encaminhada e seja atendida. Eu já estou até relevando, o que não é possível relevar, esse atendimento diferenciado. Há bastante tempo, nós insistimos com o Instituto Técnico de que o atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência e exploração sexual precisa ser um atendimento diferenciado. Hoje, sequer esse atendimento realizado, que não é um atendimento diferenciado, ele é bastante precário, Deputada, porque nós não temos estrutura de técnicos. Essa rede está... espaço físico, o profissional que trabalha no... De fato, o ITEP precisa de uma intervenção. O Ministério Público já tem ações contra isso, discutindo essa situação. Já é uma pauta levada para a Governadora. A responsabilidade é uma responsabilidade de algum tempo. Não é de agora. Mas, obviamente, cabe ao gestor enfrentá-la e buscar as modificações necessárias para dar condições mínimas de trabalho lá no Instituto Técnico.

A prova que nós temos recebido tem sido uma prova bastante “precária”, entre aspas, por falta de estrutura de o Instituto Técnico ir aprofundar e por falta de estrutura da própria delegacia e das demais que dizem respeito à investigação. Essa



investigação, como eu disse, é bastante complexa, para que consigamos avançar em relação a essa temática.

Então, são esses três pontos que...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutor, um aparte por gentileza.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Pois, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O ITEP é um órgão do Governo do Estado.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Do Governo do Estado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor não pode entrar com uma ação contra o Governo do Estado?

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Já foi ajuizada, Excelência. Nós estamos acompanhando, inclusive, essa ação. A ação tem recursos... Enfim, nós temos várias ações, no Estado do Rio Grande do Norte, que buscam a estruturação não apenas do ITEP e o enfrentamento dessas questões. O Ministério Público já fez visitas, inspeções. Encaminhou o resultado dessas inspeções, ajuizou ação concreta, buscando a estruturação, a necessidade de que se tenha essa definição.

De fato, todas as “providências”, entre aspas, que cabem ao Ministério Público, no campo da estruturação desse equipamento especificamente, nós estamos acompanhando e insistindo com a Governadora que essa precisa ser uma pauta diferenciada. Com a vinda desses novos delegados para as comarcas e as delegacias do interior, teremos um fôlego. Só que o que vai acontecer é que esses delegados — imaginamos — vão demandar o Instituto Técnico de forma diferenciada, porque, se as investigações não vinham sendo feitas em Umarizal, que não tem delegado, em Janduís, que não tem delegado, em Parelhas, que não tem delegado, se essas investigações não vinham sendo feitas e esses inquéritos ou essas denúncias estavam lá, esperando o delegado chegar, obviamente que esse delegado vai demandar o ITEP. Se no ITEP essa retaguarda necessária à construção da prova não está estruturada, que de fato não está — esse é um grande problema que enfrentamos hoje —, vamos continuar, entre aspas, com “diversas fragilidades” no campo da impunidade.



Então, eu acho que é o grande investimento diferenciado inclusive. Preocupa-nos — e aí eu já antecipo outra situação que foi colocada para o Governo do Estado — o desenho orçamentário que essas estruturas têm hoje. Não estou dizendo que o Governo do Estado não tenha condição de buscar parceria com o Governo Federal ou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas os orçamentos — a Deputada Márcia já havia colocado isso; o Deputado Mineiro, na Assembleia Legislativa — diminuíram. Foram orçamentos “enxugados”, entre aspas, o que é um movimento preocupante, porque, até então, eu não tenho, como gestor do Ministério Público, um plano ou algo que me diga que alternativas outras estarão sendo buscadas ou implementadas para fazer face a essa estratégia. Pelo contrário, o que há é um movimento bastante preocupante, uma vez que esse orçamento foi diminuído, e nós temos aí uma série de respostas a dar para a sociedade, principalmente em face de Natal, nesse contexto, sediar um dos jogos da Copa de 2014.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Causa estranheza, porque a Governadora é mulher. Tem uma sensibilidade. É uma questão que nós mulheres, estando aí a nossa Presidenta Dilma, tendo também mulheres na Assembleia Legislativa, termos essa sensibilidade para o que acontece aqui em Natal. Causa-nos estranheza ela não se tocar em relação a isso.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - É. Aspectos, como eu coloquei, foram avançados. Nesse particular, a vinda desses novos delegados é algo digno de registro, em face, inclusive, das limitações que o Estado vivencia, mas o tratamento a ser dispensado ao ITEP precisa, de fato, ser um tratamento diferenciado. O ITEP, literalmente, está na UTI. Ele vem na UTI há algum tempo. Nós que convivemos sabemos disso. E a situação só tende a aumentar em face da vinda de novos delegados, que vão demandar tanto quanto os promotores, tanto quanto a estrutura, como um todo, investigativa coloca. Esse seria um pleito bastante diferenciado.

A SRA. MÁRCIA MAIA - Eu queria só... Não vou aqui falar sobre muitos pontos, porque acho que o nosso procurador colocou muito bem aquilo que nos preocupa, aquilo que preocupa o movimento de enfrentamento a essa grande mazela que existe na nossa sociedade. Esse movimento que foi feito pelo Ministério



Público queria também parabenizar. Aproveitar e parabenizar o procurador e todos os promotores envolvidos aqui. O promotor, Dr. Leonardo, que está aqui presente, teve alguns contatos, enquanto Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, no âmbito da Assembleia Legislativa. E dizer que nessa questão do turismo é algo que nos preocupa bastante. Nós fizemos, inclusive, uma audiência pública. Esteve presente o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. O próprio Ministério Público esteve presente. Nós não podemos deixar para pensar os problemas com esse fluxo crescente de turismo para a Copa do Mundo só no ano de 2014. É necessário que pensemos com bastante antecedência.

Agora, no ponto que o Dr. Onofre falou com relação às delegacias, à estrutura frágil da delegacia, à contratação de novos delegados, nós tivemos um concurso no qual passaram cerca de quinhentos profissionais, entre delegados, escrivães e agentes, se não me engano. E houve uma demora na contratação desses profissionais. Agora, o Governo do Estado, através do ato da Governadora, convocou alguns delegados, escrivães e agentes. Claro que ainda é um número insuficiente. E o nosso pleito, aqui, neste momento, Deputado Mineiro, é que possamos ter pelo menos mais uma delegacia. Tínhamos discutido, no Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, a necessidade de mais uma delegacia. Na audiência pública, foi um ponto forte dessa discussão, e a estruturação, a melhor estruturação da atual Delegacia da Criança e do Adolescente. Nós temos uma delegacia para o Estado todo, localizada em Natal. É necessário que ela tivesse uma melhor estruturação do que a já existente e pelo menos a implantação de mais uma. Que pudesse esta Comissão que está aqui, os representantes que estão aqui do lado das instituições terem um momento com a Governadora, com o Secretário de Segurança, para poder garantir... Eu sei que todos foram para o interior do Estado. É necessário que também aqui haja essa diferenciação no tratamento dessa questão, que é complexa, de violência, de abuso e de exploração sexual contra a criança e o adolescente, mas que haja, além de um tratamento diferenciado, de capacitação, envolvendo os delegados, os escrivães e agentes...



O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Definição de prioridades para a temática.

A SRA. MÁRCIA MAIA - Definição de prioridades para a temática, reestruturação da atual delegacia e pelo menos a implantação de mais uma. Eu acho que o Rio Grande do Norte precisa, sobretudo porque vamos sediar em 2014 um evento gigantesco, digamos assim, que poderá trazer problemas para as nossas crianças e adolescentes. Queremos o fortalecimento do turismo, sim, mas o turismo com sustentabilidade, o turismo que respeita o cidadão.

Então, queria só que esse ponto fosse colocado também, Dr. Onofre, na pauta da reunião com a Governadora e não só a questão do ITEP, mas também a reestruturação da atual delegacia e a implantação de pelo menos mais uma delegacia, porque essa que aí está é insuficiente para atender a demanda de Natal, quanto mais do Estado todo. Essa é a questão.

Não quero aqui me alongar, porque sei que há outras visitas, não é, Júnior? Há a visita à Delegacia da Criança e do Adolescente; há a visita ao ITEP também; e há audiência pública, na parte da tarde, na Assembleia Legislativa. Mas eu acho que esse ponto é extremamente importante: fortalecer a atual delegacia e também solicitar da Governadora, cobrar da Governadora, a implantação de mais uma delegacia, haja vista o grande evento que nós teremos em 2014.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - E acho importante também — que era um pleito nosso, do próprio Comitê, Deputada, lembrando lá de todas essas questões, em Mossoró, a segunda maior cidade do Estado e bastante localizada — buscarmos essa especialização, que alguma delegacia receba, com destaque, a temática da criança e do adolescente nesse campo, no campo da violência e exploração sexual. Se, eventualmente, não houver demanda para ser uma delegacia exclusiva com a temática, mas que uma delegacia existente possa receber de maneira diferenciada, porque o atendimento é diferenciado. Enfim, a investigação é bastante complexa e requer a presença de profissionais com perfil necessário a lidar com a temática da criança e adolescente.

Acho que nesse pleito, que é um pleito antigo do Comitê nosso, do Ministério Público, em relação a Mossoró, tenhamos também bastante clareza da imprescindibilidade desse profissional com características. Se algum estudo, algum



levantamento, deixar claro que a demanda de Mossoró e daquela região não pede isso... Quer dizer, ter um delegado, Deputada, com uma formação especializada, sabendo lidar com um trato bastante aprofundado na temática da violência e exploração sexual, pode dar suporte, como nós temos no Ministério Público o Dr. Leonardo, a todos os outros delegados do Estado do Rio Grande do Norte. Pode trazer esses elementos, fazer levantamentos e contribuir para a formação e construção de uma política na área da criança e adolescente.

Eu acho que — a Deputada Liliam está colocando — uma das grandes contribuições da visita da CPI aqui é, nesta audiência pública, tirar esse documento, documento que estamos desenhando com a sociedade civil. Enfim, que talvez seja um momento político importantíssimo para que, de fato, a temática seja pautada com a força que ela...

A SRA. IÊDA FERNANDES DE MACÊDO GOMES - Na parte da tarde, o Conselho Estadual, junto com o Comitê... Foi elaborado um documento e à tarde, no momento da nossa reunião,...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Que seja endossado pelo colegiado.

A SRA. IÊDA FERNANDES DE MACÊDO GOMES - ...vai ser apresentado, assinado, e para os senhores levarem. Não como o nosso Estado... Entrando na situação do Rio Grande do Norte, tão belo... Que vejam nossas crianças também com a mesma beleza que o turista vê, que ele é bem-vindo, mas que haja o respeito a essa criança.

Deputada Márcia, eu só daria mais uma ênfase a esse valor. É importante que se crie realmente. Nós precisamos. Há quanto tempo — não é, Dr. Onofre? —, desde o tempo em que o senhor era Presidente do Conselho que nós falávamos da necessidade de mais delegados. É necessário, mas, principalmente, deve-se preparar as pessoas que vão estar à frente dessa delegacia — o agente, aquele que vai abordar, aquele que vai ter contato com essa criança e esse adolescente. Não adianta só criar a estrutura, e quem vai administrar essa estrutura, quem vai estar à frente dessa estrutura não estar preparado. Então eu acho que, principalmente, passa por preparar essa pessoa, esse agente, esse delegado e esse promotor, que vão estar à frente dessas delegacias. Eu acho que isso é muito importante.



O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Marcos Dionísio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Antes de o senhor falar, deixe eu ver se os senhores podem nos fornecer os seguintes dados. Nós estamos aqui, obviamente, para elaborar um diagnóstico. Esse diagnóstico diz respeito à incidência da situação de exploração e turismo sexual de crianças e adolescentes. Quero saber o que os senhores têm acerca disso. Nós temos alguns dados, que são dados colhidos do Disque 100, dados colhidos do mapeamento da Polícia Rodoviária Federal, enfim, que mostram uma incidência grande da exploração sexual e do turismo sexual de crianças e adolescentes. Nós queremos também elaborar não esse diagnóstico. Que o senhor possa ter uma lógica quantitativa. Quais são os mecanismos que o Estado, nas suas mais variadas esferas, estabeleceu ou implementou para o enfrentamento da exploração sexual? Quais são os mecanismos? Existe um plano de enfrentamento à exploração sexual no Município ou nos Municípios? Existe um plano estadual? Como esse plano está sendo implementado e quais são as deficiências dele? Porque nós estamos trabalhando com — há uma característica diferente da CPI Mista de 2004 — a questão das fronteiras. Essa questão foi invisibilizada de certa forma na CPI de 2004, até porque nós não tínhamos esse nível de mobilidade internacional, nós também não tínhamos o evento da Copa e das grandes obras, que são dois elementos que fazem com que o pacto Brasil precisa se proteger, proteger as crianças e preparar-se para eles. E nós estamos trabalhando, portanto, com esses universos, esses três marcos, que são marcos que se diferenciam e não estavam dados durante o trabalho da CPI Mista.

Nós queremos fazer também a seguinte discussão. E aí eu queria ver se os senhores podem nos ajudar com o diagnóstico das pessoas, das crianças que estão em situação de exploração, tal e tal. O que se tem do ponto de vista do atendimento das crianças vítimas? Porque nós estamos vendo um processo de revitimização que é muito intenso.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Cruel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Revitimização e consolidação da vitimização, ou seja, é a impossibilidade de que essas crianças e adolescentes possam ressignificar a sua vida e interromper trajetórias de dor que as



suas vidas carregavam. Então nós precisamos saber se os senhores têm como nos ajudar nesse sentido ou se alguém (*ininteligível*) também na audiência pública. Mas, assim, nós precisamos... Se os senhores pudessem nos oferecer inclusive por escrito e tal. Precisamos ver o que se tem de notícias, assim: as vítimas que já foram identificadas enquanto vítimas. O que aconteceu com elas? Então é assim: como é que elas foram ou que nível de atendimento que o Estado promoveu para que ela pudesse ressignificar a sua vida e fazer a interrupção dessas trajetórias de dor?

O segundo aspecto: o nível de responsabilização. Aí nós precisávamos ver quantas acusações que se teve demandadas, Conselho Tutelar ou quem quer que seja e tal, enfim, que órgão que demandou, o que se transformou em denúncia, o que se transformou em inquérito e o que houve de responsabilização. Porque é um problema assim: ao mesmo tempo em que não se tem o atendimento da vítima de forma adequada, e penso eu que é uma discussão que precisamos amadurecer mais, mas, em princípio, acho que o Sistema Único de Assistência Social diluiu o recorte do atendimento a crianças e adolescentes.

Se se tem um CREAS, que é um atendimento especializado, se demandaria um atendimento realmente especializado. Se não há um atendimento especializado para criança e adolescente vítimas de violência sexual, como também não há para outros segmentos, de idoso, enfim, e tal. Então, não tem sentido: dilui-se.

Acho que o Sistema Único de Assistência Social é um ganho para o País, sem nenhuma dúvida, mas ele precisa, nos CREAS, ter um nível de especialização para lidar com a violação de direito, com uma pessoa que foi vítima de violação de direitos, qualquer que seja ela, com recorte específico, porque senão ao diluir-se e ao criar-se o sistema, tira-se, por exemplo, o caráter especializado de um projeto como o Sentinela ou outros que foram diluídos nesse corpo todo.

Então, esses dados, seria bom se pudessemos... Eu sei que são dados que nem sempre são fáceis de serem coletados, mas o que se tem nessa perspectiva tanto do diagnóstico... O diagnóstico não é só da situação de exploração e turismo sexual. Esse é um diagnóstico importante também, mas não é só isso. O que aconteceu com as vítimas? Qual foi o nível de atendimento? Se é que se tem isso. Quais são as estruturas do Estado que possibilitam uma excelência no atendimento?



Porque nós sabemos que o atendimento é absolutamente fundamental para que se possa superar a situação de violação.

O segundo nível é a responsabilização dos agressores. Os senhores já estão falando aqui, de antemão, que tem um nível de dificuldade de se conseguir provas robustas para levar alguma sentença a uma responsabilização. Já falaram sobre isso aqui.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Inclusive, de se instaurar o próprio procedimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De se instalar o próprio...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Se não tem delegado, fica difícil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os senhores têm como nos ajudar nesses dados, para colocarmos no corpo do relatório da CPI? Ou seja, quantas denúncias chegaram do Disque 100, do Conselho Tutelar? Enfim, é isso.

Segundo: o que se transformou em inquérito, o que se transformou em denúncia e o que está em processo judicial? Desses processos judiciais, o que houve de condenação?

Porque eu acho o nível de responsabilização uma vergonha para o País. É uma vergonha. Então, a impunidade, entre tanta coisa ruim que alimenta, alimenta algo que é absolutamente inadmissível, que é a naturalização. Impunidade alimenta naturalização, faz com que as pessoas se acostumem com a violação, como se ela fizesse parte da própria vida. Ou, então, ela estabelece um nível de subjetividade da violação. É como se a violação fosse uma relação de uma pessoa com outra pessoa dicotomizada, do mal com o bem, mas do homem que violenta a menina por problemas pessoais específicos. E aí se tira da lógica do Estatuto, que fala da responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. Ou seja, quando se diz: “São homens que são...”

Por isso que eu (*falha na gravação*) se entra muito na pedofilia as campanhas, porque a pedofilia está centrada no pedófilo. Então, sem ter essa intenção, está-se fazendo com que a relação fique uma relação interpessoal, intersubjetiva, e a culpabilização, a responsabilização, recai apenas sobre a pessoa



e não sobre o Estado, inclusive para responsabilizar penalmente, o que não se faz. Então, essa é uma discussão...

Nós vamos estar aqui até amanhã. Se os senhores pudessem levantar o máximo de dados possível, seria importante. Nós vamos tentar também — não sei se teremos sucesso, porque já tentamos e não obtivemos —, Francisco, ver se conseguimos uma reunião com a Governadora, uma reunião para amanhã. Vamos tentar, insistir nisso, ver se é possível e tal, para que nós possamos estar...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Levar o resultado dessa audiência pública, as preocupações (*ininteligível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Levar o resultado da audiência pública, levar tudo isso e tal. Enfim, tentar ver se conseguimos falar com a Governadora ou alguém que ela possa indicar para representá-la, no dia de amanhã, para que possamos levar os frutos dessa audiência. Senão, nós vamos continuar tentando e, se for o caso, voltaremos aqui e tentaremos fazer essa reunião com a...

Nós já estivemos em vários locais — o senhor que é do Comitê sabe disso — e tivemos uma receptividade muito grande do Governador, Governadores, e tal, enfim, com a CPI. Então, é preciso que nós tentemos, insistamos nisso. Vamos ver, hoje, se conseguimos ligar, conseguimos fazer uma coisa formal também, dizer que nós estamos aqui e gostaríamos de falar com ela para levar o resultado e tal, tal, tal. Vamos ver se conseguimos fazer isso no dia de amanhã.

E aí, se os senhores puderem, nos ajudem com esses dados, para que possamos elaborar o diagnóstico.

Mil perdões, devolvo-lhe a palavra.

O SR. MARCOS DIONÍSIO MEDEIROS CALDAS - Como tu fizeste umas indagações bem pertinentes à atuação do Comitê e do CEDECA Casa Renascer, acho que a Sayonara poderia até falar antes da minha intervenção.

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Eu acho que foram colocadas aqui, já, uma série de questões que são fundamentais para compreendermos um pouco dessa análise situacional da exploração sexual no Estado.



O Dr. Onofre e a Deputada Márcia já apresentaram um pouco. Nós elaboramos — o Comitê junto com o CONSEC — um documento para entregar no momento da audiência pública, que também já apresenta alguns números dessa situação que aponta a situação em que o Estado se encontra.

Aí, em relação a alguns questionamentos que a Deputada colocou, nós temos o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, que foi elaborado entre 2003 e 2004, sendo aprovado em 2004, e são pensadas ações de 2005 a 2007. No ano de 2009, nós realizamos uma avaliação desse Plano Estadual.

E eu acho que é interessante colocar a preocupação com o orçamento, como o Dr. Onofre já trouxe, porque, em nenhum momento, nós tivemos recurso específico nas peças orçamentárias para o Plano. Em 2009, nós tivemos, a partir de uma emenda parlamentar da Deputada Márcia, um recurso no qual pudemos, inclusive, realizar esse seminário e uma série de ações, inclusive interiorizando a questão da discussão em alguns Municípios-polos do Estado. Mas, no PPA, nós não tivemos ainda, nem nas leis, nenhum recurso específico para a implementação das ações do Plano.

Inicialmente, inclusive, o Plano foi elaborado a partir da cooperação tanto técnica quanto financeira do UNICEF e acabou que deu suporte, nos primeiros anos, para que pudéssemos, de fato, implementar e dar visibilidade, no Estado, da questão da violência sexual.

Em relação ao atendimento, dos 167 Municípios do Estado, nós temos 52 Municípios que têm CREAS ou estão em processo de implantação dos CREAS, embora — aí vem — o fato de ter o equipamento, o fato de ter o serviço não quer dizer necessariamente que essas crianças e adolescentes estão tendo um atendimento especializado, com qualidade.

Essa é uma grande lacuna quando fazemos uma relação dos dados, dados que tanto o Disque Direitos Humanos como os dados que a Delegacia Especializada da Criança e Adolescente apresentam. Quer dizer, no ano de 2011, mais de 460 crimes sexuais. Desses, foram mais de cem denúncias, registros de exploração sexual de crianças e adolescentes, e a Secretaria Municipal da Assistência Social apresenta que foi realizado o acompanhamento de 35 casos.

Então, há aí...



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - De crimes. E específico de exploração, mais de cem. São mais de cem.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Aí teria que ver, teria que se voltar para os dados, para passar essa informação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Isso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Não. De violência como um todo. Aí entra abuso e...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Não. Porque aí foi no Estado. O dado da delegacia é o dado do Estado. Esses quatrocentos que eu mencionei foram em relação ao Estado. Só que, do Estado, o maior percentual é em relação à Capital. Ele, na própria estatística, apresenta na Capital, em Natal, quanto foi atendido, quanto foi denunciado; na Região Metropolitana, e no interior. Então, o maior percentual é, inclusive, na cidade de Natal.

E aí vemos um descompasso muito grande entre quantas crianças e adolescentes tiveram seu atendimento realizado, garantido e quantas ficaram aí. E não se sabe, enfim, como está a situação e por compreender de toda essa importância desse atendimento.

Nós temos também aqui — e eu acho que vale ressaltar — o projeto ViraVida, que é um projeto ligado ao SESI. E aí tem realmente sido uma iniciativa muito importante porque atende, e esse atendimento se dá tanto no sentido da profissionalização quanto no do fortalecimento à educação, com vistas à geração de trabalho e renda.

Ora, como é que vamos nos propor a retirar crianças e adolescentes de situação de exploração sexual, à qual uma das grandes questões que levam é exatamente a questão da renda, a demanda da renda? Quer dizer, é uma relação totalmente mercadológica. Como é que vamos propor a retirada desses meninos e



dessas meninas dessa situação, sem propor nenhuma renda que venha a ser alternativa a essa que eles estão, na forma, na condição, tendo acesso?

Eu acho que também é interessante, e aí eu acho que é louvável essa iniciativa do programa ViraVida. Isso é um programa, não é exatamente uma política. E aí, pensando na política, pensando na responsabilidade do Estado, nós de fato não temos nenhuma política nessa perspectiva de trabalhar diretamente com criança e adolescente em situação de exploração e que venha a construir um projeto de vida de uma perspectiva positiva. E aí eu acho que isso é algo para que realmente a CPI pense a partir dessa experiência do ViraVida, que isso possa de fato vir a se transformar enquanto política.

E aí a questão dos CREAS, como já foi colocado aqui na Mesa, é uma situação muito complicada. Avançamos com a política da assistência social, com vistas a romper com o assistencialismo, com a benesse, mas, por outro lado, não garantimos o que a política se propõe na realidade concreta, que é o acompanhamento psicossocial sistemático, continuado às crianças e adolescentes nessa situação e com vistas a fortalecer os vínculos familiares.

Então, de fato, isso não tem funcionado, não tem funcionado inclusive aqui. Na cidade de Natal, nós temos quatro CREAS, um por região administrativa, mas, de fato, esse acompanhamento não se dá como a política apresenta.

E estamos ainda sofrendo um processo extremamente preocupante, que é de terceirização dos CREAS. Já saiu, no *Diário Oficial*, recentemente, esse processo que o Município está vivenciando, de terceirização dos CREAS. Ora, no MDS, está muito claro que isso não é possível, essa não é a orientação e que foge completamente da...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós temos que perguntar as coisas no microfone, para poder...

A senhora está falando terceirizar organizações sociais, que ficam com a gestão, ou terceirizar pessoas, profissionais? Terceirizar a gestão através de organizações sociais? Isso já está acontecendo?

A SRA. SAYONARA RÉGIA DE MEDEIROS DIAS - Já. Já saiu no *Diário Oficial*, e aí a temos... O Conselho Estadual já tomou... O Ministério Público. Então, já começou todo um processo de articulação para que isso não...



Como é que falamos do centro de referência especializado, quer dizer, no momento em que se avança no sentido da política de assistência social, o retrocesso que há com esse processo aqui, no Município, em Natal. Não é ainda uma iniciativa no âmbito do Estado.

Então, essa é uma questão que eu acho que é interessante discutirmos neste momento em que a CPI está aqui.

E há uma questão que nos preocupa: quando falamos da exploração, do enfrentamento da violência sexual, como um todo, nos remetemos muito à questão de fiscalização, da investigação, da responsabilização. Isso é fundamental, mas é apenas uma dimensão, uma faceta da questão do enfrentamento. Não podemos falar em enfrentamento sem pensar em políticas para garantir não só o acompanhamento sociofamiliar e a atenção psicossocial, mas inclusive a prevenção. E já citado aqui o contexto de Copa do Mundo, inclusive de grandes obras, como é a do Aeroporto de São Gonçalo, que, logo, logo, vai começar.

Então, o Estado está, neste momento, em um quadro gravíssimo diante do que vem sendo apresentado em termos de dados, e sabemos que é o que vem sendo revelado.

Acho que a CPI estar neste momento aqui é um ganho do Estado. Temos grandes expectativas no sentido de dar um novo movimento ao desmonte da política social que vimos enfrentando no Estado.

O SR. COORDENADOR (Manuel Onofre Neto) - Como as Sras. Deputadas têm outras visitas, têm uma pauta, eu acho que é importante fixarmos um tempo, para não haver dificuldade nas demais...

Tem a palavra o Sr. Marcos Dionísio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS DIONÍSIO DE MEDEIROS CALDAS - Essa foi uma forma bem generosa e educada de ele dizer: *"Fale pouco, Marcos"*.

Bem, eu gostaria de saudar a Comissão Parlamentar de Inquérito que trata de temática tão delicada. Fico feliz com a vinda das senhoras aqui, mas, até pelas falas iniciais, já vemos que o paciente vai morrer.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Registre as suas várias atribuições.



O SR. MARCOS DIONÍSIO DE MEDEIROS CALDAS - Exato, e agora os colonistas estão me pautando. Então, eu tenho de dizer que estou aqui, no Ministério Público, que é o meu atual local de trabalho, mas estou representando o Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

Como eu falava, o paciente vai morrer, mas vai morrer muito melhorado.

Paul Valéry falava que não podemos parar de sonhar e que os grandes problemas que a humanidade vive é por sua incapacidade de continuar sonhando.

Nós hoje vivemos de sonhos de décadas passadas. Como a própria Sayonara acaba de mostrar, os nossos sonhos, que foram construídos a duras penas e nunca conseguiram ser implementados na plenitude, vão-se transformando em pesadelos. Essa terceirização, não por uma questão de preconceito, mas a questão de o Estado abrir mão do poder de gestão é um absurdo. E, paralelamente, acontece no País algo que poderia ser um milagre mas que também se pode tornar um pesadelo, que é a Copa do Mundo.

Pesadelo na Copa do Mundo é um gol contra, não só pela *performance* da Seleção no dia de ontem, mas sobretudo pela incapacidade do gestor brasileiro de enxergar a Copa do Mundo como uma grande floresta, que precisa ter um olhar integrado.

Nós estamos, muito provavelmente, investindo na otimização da exploração sexual de crianças e adolescentes à medida que nem as capacitações que deveriam ocorrer para a mão de obra da Copa do Mundo começaram a acontecer; e quando começarem a acontecer, da mesma forma que os gestores estaduais e municipais esquecem que a prioridade é um conceito que está no Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA e precisa presidir todas as intervenções públicas...

Então, com relação à Copa do Mundo, sabemos que boa parte dos agressores sexuais contra crianças e adolescentes são pais, avós, tios, vizinhos, padrastos, enfim, são pessoas da convivência da vítima. E sabemos que não dá para simplesmente se tentar responsabilizar. A responsabilização é fundamental, mas o trabalho de se abrir a cabeça e o coração de homens — os agressores, em potencial — através da capacitação poderia ser feito dentro do grande exercício que vai ser feito pelo Governo brasileiro, pelos governos estaduais e prefeituras



municipais com referência à Copa do Mundo. Mas temos informações de que nada está sendo feito.

Além de não estar preparando o homem para trabalhar na Copa do Mundo com noções de humanismo e de respeito a crianças, adolescentes e mulheres, estamos criando outras oportunidades para a exploração desenvolver-se.

O Jair Meneghelli, outro dia, aqui em Natal, tratava daquelas megaobras que estão acontecendo na Região Norte, onde, da noite para o dia, Municípios transformam-se em tragédias irreversíveis, dada a presença não planejada de um contingente de pessoas para habitar numa região que não tem a mínima infraestrutura para nada.

Acho que este momento da passagem da CPI por aqui precisa ter uma ousadia no sentido de fazer com que o Governo Federal cobre dos Estados e Municípios a adesão à matriz social da Copa do Mundo. Ela, por si só, já é insuficiente para os desafios que nós vamos enfrentar.

Por fim, eu queria levantar a última questão levantada pela Sayonara, que é sobre a terceirização. Como o Estado abre mão de suas atribuições? Para quem? Do ponto de vista dos próprios Estados e Municípios sendo gestores, já sofríamos com uma rotatividade terrível. Nós chegávamos para fazer uma sensibilização hoje e após 2 meses, quando chegávamos lá, já não era mais o mesmo assistente social, já não era mais o mesmo psicólogo, enfim, havia uma rotatividade terrível. Imaginem isso agora, nas mãos da iniciativa privada!

Precisamos deixar também de ser ingênuos e entender que as ONGs de antanho são as ONGs de hoje, algumas, inclusive, sendo criadas de última hora para terem acesso à exploração econômica dessas políticas públicas que o Estado deveria estar implementando.

Encerraria, de verdade, dizendo que esta questão da exploração sexual está dentro da tragédia anunciada que é a questão da investigação policial no País. Hoje, inclusive, o Ministério Público está sendo afrontado por quem tem medo da intervenção física do Ministério Público, por ele realizar investigações. Se formos deixar as investigações a cargo do órgão original, que seria a polícia civil, praticamente nada se vai resolver neste País.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MARCOS DIONÍSIO DE MEDEIROS CALDAS - Exclusivamente, claro! Se formos deixar exclusivamente, como alguns querem, os que temem a intervenção física do Ministério Público, praticamente vai deixar de haver a elucidação de crimes. Só do ponto de vista dos homicídios, por exemplo, há menos de 8% dos homicídios sendo esclarecidos no País. Isso significa que 92 homicidas estão-se tornando *serial killers*.

Com referência à exploração sexual de crianças e adolescentes, que é um assunto mais velado, é um assunto mais de alcova, é um assunto mais do interior dos lares, do interior das famílias, protegido pela hipocrisia adulta, acho que seria muito mais terrível.

É necessário aproveitarmos a passagem da CPI por aqui para instigarmos a análise da situação das políticas públicas no Estado do Rio Grande do Norte, que estão sofrendo — eu brincava com o Deputado Fernando Mineiro — de falência múltipla de órgãos, à exceção do Fisco, que arrecada. Não há um único destaque em termos de intervenção de secretarias acontecendo neste momento — na área da segurança, na área da assistência, na área da agricultura, na área do sistema penitenciário, que é a crônica de uma tragédia anunciada para daqui a pouco. Falávamos há pouco de presos de um pavilhão que passaram 2 dias sem ter alimentação na semana passada.

Existe todo tipo de desgovernança no plano do Estado e dos Municípios, e estamos-nos preparando para sediar um megaevento como a Copa do Mundo e para que Natal sofra um *boom* de exploração do turismo pós-Copa do Mundo. E aí é campo certo para a exploração desenvolver-se, mas não nos estamos preparando para enfrentar essa demanda futura, pois não conseguimos responder nem a demanda reprimida atual.

Encerrando de verdade, destaco que um dos últimos atos do Dr. Onofre como Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente foi aquela reunião, lêda, que realizamos com o Dr. Agripino, que era Secretário de Segurança, quando ele nos assegurou que, com a formação dos novos policiais civis, se abriria pelo menos uma DCA na zona norte e uma DCA em Parnamirim e que iria estudar a consolidação de DCAs nas cidades-polo do Estado.



Esse conceito de prioridade que o ECA estabelece aqui, do ponto de vista do Estado do Rio Grande do Norte, apenas o Ministério Público vê essa prioridade como conceito a ser perseguido, a ser seguido, a ser materializado. Em todos os demais órgãos estatais, infelizmente, é quando puder, quando for possível.

A SRA. IÊDA FERNANDES DE MACÊDO GOMES - *(Início fora do microfone)*... que criança e adolescente são prioridade absoluta. Então, quanto a isso tudo que está dizendo, Marcos, é pena continuarmos a escutar, em todo discurso de nossa autoridade máxima — ela continua dizendo —, que criança e adolescente são prioridade absoluta.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Perfeito.

Tem a palavra o Deputado Mineiro, para encerrar.

O SR. FERNANDO MINEIRO - Gostaria de sugerir um encaminhamento. Como haverá audiência às 2 horas, e essas questões de caráter mais geral vão ser tratadas, eu gostaria de ver... A Deputada Erika falou que os senhores vão estar aqui amanhã, mas a agenda está marcada só para hoje.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO MINEIRO - Pois é, a delegacia e tal. Existem as duas agendas. Eu acho fundamental passar na delegacia e no ITEP, para verificar *in loco* a situação.

A Comissão vai estar aqui amanhã? Porque eu acho fundamental, Dr. Onofre, uma conversa com a Governadora, porque senão vamos ficar com a sensação de que não há com quem dialogar — eu estava conversando aqui com o Júnior. Não se dialoga com o responsável pelas políticas públicas. Então fica...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Eu reforço, inclusive, o pleito da audiência lá pela manhã, para que possamos ir e, de fato...

O SR. FERNANDO MINEIRO - E a própria Comissão poderia tentar marcar de manhã cedo, tomar um café da manhã, alguma coisa assim, para poder apresentar a demanda.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - E já entregar o resultado desta audiência pública.

O SR. FERNANDO MINEIRO - Como estamos aqui? Eu não vou entrar aqui nesse detalhe, mas já chegou a LDO na Assembleia. À tarde, eu vou falar sobre isso



lá, porque temos de dar uma repercussão e tentar ver o que dá para incluir. Já começa a votação orçamentária, o processo orçamentário do ano que vem.

Então, a minha sugestão é insistir nesta ideia de marcar a audiência — eu, inclusive, nem vou acompanhá-los para a delegacia e ITEP, porque a Governadora está com o Ministro do Desenvolvimento Agrário num evento e eu tenho que ir lá. Eu posso até falar com alguém dela lá, mas eu acho que tem de ser formalmente.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Eu reforço isso, faço a solicitação formal, inclusive, da visita. Enfim, existem várias frentes para tentarmos...

O FERNANDO MINEIRO - É preciso forçar a barra. Hoje à tarde, no final da tarde, é preciso forçar a barra, senão fica...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Perfeito.

Tem a palavra o Leonardo.

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Bom dia. Meu nome é Leonardo Nagashima. Sou promotor de Justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude. Traduzindo, na verdade, eu coordeno os promotores da área da infância e juventude no Estado do Rio Grande do Norte atualmente.

Tudo o que foi falado aqui realmente revela uma preocupação muito grande que vem sendo tratada pelo Ministério Público até como prioridade absoluta, prioridade número 1. Para que nós possamos atuar na repressão, precisa haver uma prevenção fortalecida. E para que essa prevenção seja fortalecida, é preciso trabalhar junto aos órgãos que trabalham na prevenção, principalmente de uma entidade principal, que é a família. Nós não podemos tratar a exploração sexual sem termos como foco e como atuação prioritária também o fortalecimento de um vínculo que é primordial, o vínculo familiar.

Nós, do Ministério Público, há alguns anos, estamos trabalhando, aproveitando até a onda que se formou no Governo Federal de um fortalecimento e criação de um Sistema Único da Assistência Social, o SUAS.

Houve a pulverização? Sim, houve. Só que nós não podemos tratar a pulverização das atuações do CREAS e do CRAS como se fosse algo ruim, porque precisamos trabalhar agora, já que houve a pulverização, para que eles se



fortaleçam. Esse fortalecimento é necessário e vem sendo trabalhado pelo Ministério Público neste momento.

Queremos e torcemos muito para que essas ideias que estão sendo lançadas sejam compradas, literalmente, pelos governantes, porque nós queremos que eles se antecipem às ações e façam o próprio fortalecimento.

A CPI é de fundamental importância e veio num momento fundamental para o Estado do Rio Grande do Norte, porque estamos aqui hoje com a falência de diversos órgãos que atuam justamente nessa prevenção.

Mas não é apenas isso. Atualmente, como articulador estadual do Disque 100, já que todas as denúncias do Disque 100 do Estado do Rio Grande do Norte passam necessariamente pelo Centro de Apoio às Promotorias, passam por mim, eu vejo a qualidade, a péssima qualidade do que vem sendo desenvolvido para o fortalecimento desse vínculo familiar.

Os casos são encaminhados para os diversos órgãos socioassistenciais, até para delegacias, e nada é feito.

Aqui no Estado do Rio Grande do Norte — a senhora tem que ter uma ideia bem importante — existem delegados de polícia atuando em 20 Municípios. Como pode haver uma investigação satisfatória se um delegado não consegue dar conta de apenas 5 Municípios, quiçá 20?

Se nós conseguirmos... Houve até — deixo registrado também — uma ação civil pública julgada procedente há alguns anos para que todos os delegados efetivamente fossem nomeados. Nós obtivemos essa vitória. E agora ela está sendo implementada — a duras penas, infelizmente, mas ela está sendo implementada. E o nosso trabalho tem que ser para que haja o fortalecimento.

Quando a senhora nos falou que gostaria de ter dados concretos, eu, como articulador estadual hoje, infelizmente, posso dizer que muitos casos são encaminhados às delegacias, ou delegacias regionais ou Delegacia da Criança e do Adolescente, que não conseguem ter uma conclusão. Ficam na fase da investigação, os promotores requisitando informações por algum tempo, por algum período, e não conseguimos, efetivamente, uma resposta satisfatória.

Em alguns Municípios — é bom deixar registrado —, até por uma atuação do Ministério Público, que vem cobrando junto com alguns órgãos, principalmente com



o Conselho Tutelar e o Conselho dos Direitos nos Municípios, nós temos conseguido algumas condenações decorrentes do Disque 100 envolvendo exploração sexual, como, por exemplo, aconteceu e vem acontecendo em Nova Cruz.

Mas para que isso possa acontecer, é necessário que haja uma delegacia funcionando, que haja um Ministério Público, que haja toda uma rede de proteção fortalecida. E esse fortalecimento é o que nós estamos tentando neste momento.

Conseguindo o fortalecimento, inclusive o fortalecimento da família, eu acredito que nós obteremos um resultado muito efetivo na proteção e na erradicação desse mal que vem sendo cada vez mais visto pela nossa sociedade.

Como hoje, infelizmente, não poderei participar da audiência pública, espero que, neste momento, o resultado desta audiência pública seja para que os governantes se sensibilizem efetivamente com a causa e possam melhorar o que hoje não está funcionando.

Eram essas as minhas palavras.

Eu sei que as senhoras têm outro tempo, mas gostaria de deixar registrado aqui que estou muito satisfeito com a vinda das senhoras. Inclusive, estou de férias. Estou hoje de férias aqui, mas estou muito satisfeito ao ver a participação de todas aqui nesta batalha.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Será que poderíamos... Por exemplo, o senhor coordena o Disque 100. Das denúncias que chegam pelo Disque 100...

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Para onde foram encaminhadas e qual...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...para onde foram encaminhadas e...

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Informações sobre para onde foram encaminhadas nós temos. Mas o que efetivamente foi feito em relação a cada denúncia, infelizmente, nós não conseguimos o resultado efetivo.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Apesar de ter solicitado...



O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Exatamente. Nós encaminhamos ofícios, muitas vezes, para os órgãos que trabalham, só que eles não nos respondem.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Porque nem têm como responder e esses dados ficam...

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Só para deixar bem claro aqui, em algumas reuniões de que nós participamos, eles até criticam a quantidade de ofícios que nós encaminhamos solicitando informações. É como se eles dissessem: *“Querem que nós disponibilizemos profissionais específicos para atender à solicitação do Ministério Público?”*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas para além das denúncias que vêm pelo Disque 100 ou...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Acho que o dado importante que a Deputada Erika Kokay pede, inclusive, é este: tantos foram encaminhados e até então nós não obtivemos resposta. E aí a CPI vai mostrar esses elementos e a fragilidade que eles representam.

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Eu só solicito... Infelizmente, para hoje à tarde não vai ser possível fazer esse levantamento, mas o encaminhamento para as senhoras será feito em momento posterior.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não tem problema. Vamos deixar o endereço da CPI e o senhor pode encaminhar. Se não puder fazê-lo amanhã, encaminhar...

Inclusive, já solicitamos formalmente ao Procurador, solicitamos ao Governo do Estado e também ao Tribunal de Justiça. Mas se o senhor puder nos ajudar a colher e encaminhar — não tem importância se não puder ser amanhã — para termos uma noção.

E outras coisas. As denúncias vêm — se possível —, para além do Disque 100, através do quê? Conselho Tutelar, Delegacia, DCA?

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Conselhos Tutelares. Muitas vezes as próprias famílias se encaminham ao Ministério Público. Então, inicia-se um procedimento de investigação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor tem como levantar isso?

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Tenho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pelo menos aproximado?

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Mas essa parte do que vai sendo feito pelo Ministério Público...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Depois montamos uma estratégia interna para dar essa resposta o mais rápido possível.

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Conseguiremos. Só que, como falei, como nós teremos que articular com todos os promotores do Estado, talvez a resposta não seja tão célere.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Vamos montar outra dinâmica, talvez direto. Estou pensando já em outra estratégia.

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Provavelmente, com a atuação do Procurador-Geral, consigamos esses dados de forma mais célere.

Há apenas um dado que eu gostaria de registrar também. É que a partir do próximo dia 18 de junho será feita uma capacitação para todos os membros do Ministério Público brasileiro — não falo só do Estado do Rio Grande do Norte — em relação ao Disque 100. Haverá uma mudança de plataforma. Em vez de encaminharem as denúncias por *e-mail*, como vem sendo usualmente feito, será implementado um novo sistema de acompanhamento do que vem sendo trabalhado com relação às denúncias do Disque 100.

Com essa capacitação e com esse novo sistema nós teremos respostas efetivas, inclusive dados concretos, que possam informar a qualquer pessoa, como principalmente à CPI da Exploração Sexual, quantos casos foram encaminhados por Município, por Estado, e quantos efetivamente tiveram resultado.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Qual o retorno.

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - É, porque esse retorno hoje ainda fica muito pendente dos ofícios que nós encaminhamos. Infelizmente...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - É uma nova dinâmica entre os atores envolvidos para esse fluxo ficar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É muito moroso.



O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Exatamente. Esse fluxo vai ser efetivo. Agora, vamos conseguir esses dados concretos. Isso vai ser a partir do dia 18, 19. Vai haver a capacitação para implementação do sistema, muito provavelmente, no próximo mês.

Então, a partir do próximo mês, a própria Comissão já vai poder ter dados concretos do que vem sendo trabalhado em relação ao Disque 100.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - O problema é para trás. Como essa dinâmica não estava estabelecida, vamos ter que fazer um esforço diferenciado e buscar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Promotor, o senhor citou Nova Cruz. Por quê? É um número maior de casos?

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Porque em Nova Cruz há um número maior de condenações.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De condenações?

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Exatamente. É porque é um Município de terceira entrância. Na estrutura das comarcas, ele se situa dentro daquelas que fazem parte da terceira entrância e possui uma estrutura diferenciada. Lá existe um presídio, lá existe uma delegacia regional, lá existem dois promotores que trabalham. A atribuição de um dos promotores fica mais voltada para a área da infância, então, é possível ser feito o controle mais próximo em relação aos casos do Disque 100, e existe um Poder Judiciário também mais atuante, juntamente com o Conselho Tutelar.

Então, essa formação da rede possibilita que haja uma condenação. E essas condenações vêm sendo mais efetivas nesse Município, porque os casos chegam...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Existem outros...

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Existem outros. Não quero ser injusto por não citar os outros. Mas um dos casos que me veio à mente foi justamente o de Nova Cruz, porque nestes últimos meses, em termos percentuais, foi um dos Municípios que mais tiveram êxito.

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Acho que é importante também fazer um registro aqui de que a Vara da Infância e Juventude, especializada, da Capital, é uma vara com a pauta aberta. É uma vara



extremamente célere. Um processo de apuração, de responsabilização, via de regra, dura 3, 4 meses, o que não é a realidade do Brasil.

Então, o juiz e o promotor, que vai estar hoje na audiência também, são extremamente — e com essa articulação — rápidos em dar essa resposta no campo da responsabilização e têm conseguido índices interessantes. Ele pode repassar isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse é um dado importante. Se pudéssemos fazer uma comparação em Nova Cruz e Apodi, que têm um nível de responsabilização maior, que estrutura tem o sistema de Justiça? Se o senhor pudesse levantar isso, seria bom, porque é uma consequência direta de ter um sistema de Justiça.

Penso também na questão de transformar o programa em uma política pública. Acho que é importante esta questão do ViraVida.

Ao mesmo tempo, a preocupação com o nível de complexidade que se está dando ao fenômeno do turismo sexual, de que o senhor falava. Sai da nitidez, sai do olho vivo da nitidez das ruas e passa para uma estrutura cibernética ou outras mais. Acho que esse é um detalhe importante.

Há também a questão do acompanhamento das penas. Já tratamos do Disque 100 numa audiência pública. Isto aí já foi pontuado, a necessidade de haver o acompanhamento. Não adianta haver apenas o registro, mas qual foi o encaminhamento e ter um certo nível... Não necessariamente o Disque 100 ter o controle, mas as próprias unidades do Estado, as Unidades da Federação que acompanham...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Se aparelharem e se organizarem para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...se aparelharem e se organizarem para isso.

O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Inclusive, esse fluxo está sendo rediscutido, porque no formato atual...

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - (*Ininteligível*) termo de cooperação.



O SR. LEONARDO DANTAS NAGASHIMA - Exatamente. No formato atual, ele se mostrou insuficiente para o acompanhamento. Não há como, por exemplo, hoje, na estrutura que os promotores têm, fazer o acompanhamento estadual. É preciso haver uma estrutura diferenciada. É isso que temos que ser discutido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nem o Disque 100 tem como fazer isso, sob pena de estar criando um novo Disque 100 para acompanhamento.

Mas acho que são aspectos interessantes. A transformação... Nós temos no aguardo do Brasil Que Protege, que é um programa, uma política que vai ser lançada em nível nacional e vai trabalhar exatamente com essas crianças em situação de risco ou situação de violação de direitos. Eu não gosto de chamar de vulnerabilidade porque, via de regra, não são vulneráveis, são muito fortes essas crianças e esses adolescentes. Têm uma capacidade de resiliência muito grande. Estão em situação de violação de direitos, são credores de direitos.

Queria agradecer ao Procurador e a todos e a todas a oportunidade de estar colhendo estes dados. Nós vamos ter que fazer uma diligência nesse instituto técnico e também na delegacia. Nós vamos fazer essas duas visitas e aguardamos os que puderem estar na audiência pública. Vamos insistir no encontro com a Governadora, para que possamos entregar-lhe o resultado desta audiência pública, inclusive quanto à questão orçamentária, porque é prioridade absoluta.

A SRA. IÊDA FERNANDES DE MACÊDO GOMES - Tudo o que se falou, sem orçamento... Eu não sei onde eu estava, acho que foi o Dr. Marcos Aurélio, numa audiência no Município, na Frente Parlamentar, onde ele disse: *“Não adianta toda essa discussão se o dinheiro não estiver lá, olhando para a discussão”*. Ele tem que estar lá, já olhando. Foi o Dr. Marcos, viu?

O SR. COORDENADOR (Manoel Onofre Neto) - Com certeza.

Eu agradeço, em nome do Ministério Público, a vinda dos senhores aqui, o que só fortalece a atuação que vem sendo desenhada. Comprometo-me a insistir, junto ao Governo do Estado, na necessidade, inclusive simbólica... Além de ter um valor político e efetivo no que diz respeito à viabilização dessas questões que serão pautadas, acho que existe um simbolismo muito grande para a pauta e para, de fato, tomar a questão como prioridade aqui no nosso Estado.



Muitíssimo obrigado e bom trabalho. Sucesso.